



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DAS SUBPREFEITURAS**

CONCURSO PÚBLICO

**001. PROVA OBJETIVA**

**FISCAL DE POSTURAS MUNICIPAIS**

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_



Leia a charge para responder às questões de números 01 e 02.



(Chargista Lute. <https://www.hojeemdia.com.br>, 08.12.2022)

01. Considerando as informações verbais e não verbais, conclui-se corretamente que a menina

- (A) quer agradecer à mãe, pois vive uma situação de perigo.
- (B) está tranquila no momento assim como o homem ao celular.
- (C) pede os pés de pato devido a uma situação de perigo que enfrenta.
- (D) espera ganhar o tênis, mesmo pedindo uns pés de pato.
- (E) atende ao pedido da mãe e decide pedir outro presente.

02. Na fala da menina – Fala com a mãe que mudei de ideia! –, a palavra “que” pertence à mesma classe de palavra e tem o mesmo emprego que o termo destacado em:

- (A) O animal, **que** estava preso por ser muito feroz, era bem assustador.
- (B) Eles eram tão engraçados **que**, só de olhar-lhes a cara, a gente ria.
- (C) “**Que** dia maravilhoso!”, disse o rapaz ao abrir a janela do quarto.
- (D) Todos os turistas **que** passaram pelo parque admiraram o cajueiro.
- (E) A maioria dos alunos concluiu **que** a prova estava bem tranquila.

Leia o texto para responder às questões de números 03 a 07.

O “flâneur” é uma figura ligada a um tempo, um lugar e uma pessoa. O tempo é meado do século 19. O lugar é Paris, após as grandes reformas urbanas. A pessoa é o poeta Charles Baudelaire. Incensado pelo filósofo Walter Benjamin, o “flâneur” virou um ícone das contradições da modernidade após as grandes reformas urbanas.

Caminhar sem destino desafiava o utilitarismo. Andar devagar desafiava a eficiência. Observar tudo sem comprar nada desafiava o capitalismo.

Com o tempo, a palavra se soltou das amarras e ganhou novos usos. Flanar é andar sem destino, coletando experiências. E esse sentido pode ser a chave para explorar uma cidade contemporânea, seja ela desconhecida, seja ela onde você mora.

Para mim, as melhores caminhadas são sempre em cidades antigas. Assim é em Roma ou na pequena San Gimignano, onde sentei para comer uma pizza e ganhei amigos para a vida inteira. Em Nara, a antiga capital japonesa, saí de um restaurante e dei de cara com um veadinho, pulando feliz entre as ruas vazias.

Mesmo no lugar onde moro, São Paulo, às vezes consigo ter essa sensação de andar por uma cidade desconhecida, apenas por virar numa rua em vez de seguir em frente. Ao chegar a uma praça que nunca vi, serei recompensado com a visão de crianças brincando, adultos entrando numa academia de bairro, uma pessoa lendo um inesperado livro no ponto de ônibus e talvez até um vendedor de milho verde.

Ao planejar seus passeios, brasileiros sempre se preocupam — com razão — com a segurança. Nas suas caminhadas, cada um vai montar sua estratégia e andar onde se sente confortável. Você vai se perder, mas vai encontrar o caminho. E, de quebra, vai chegar ao final uma pessoa um pouquinho diferente.

(Mauro Calliari, “A arte de flanar, um convite para aproveitar as pequenas coisas que as cidades oferecem”. <https://www1.folha.uol.com.br>, 07.07.2023. Adaptado)

03. No primeiro parágrafo, ao afirmar que “o ‘flâneur’ virou um ícone das contradições da modernidade após as grandes reformas urbanas”, o autor considera que isso decorre

- (A) da visão própria do ‘flâneur’ em relação ao espaço das cidades, que opõe à visão utilitarista e capitalista da sociedade.
- (B) da maneira orgânica e planejada como o ‘flâneur’ concebe a sua existência em um espaço pessoal ou coletivo.
- (C) da intenção deliberada do ‘flâneur’ em harmonizar-se com as transformações que vinham impor-se nas grandes cidades.
- (D) do recurso do ‘flâneur’ ao desafio à eficiência, ainda que viesse a aceitar com placidez as grandes reformas urbanas.
- (E) do modelo de interação humana em que o ‘flâneur’ vive de forma desconstruída, aceitando o novo cenário urbano.

04. Considere as passagens:

- O tempo é **meado** do século 19. (1º parágrafo)
- Incensado pelo filósofo Walter Benjamin, o "flâneur" virou um **ícone**... (1º parágrafo)
- Caminhar sem destino **desafiava** o utilitarismo. (2º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) algo aquém da metade; parâmetro; despertava.
- (B) algo além da metade; representante; afrontava.
- (C) bem próximo à metade; modelo; estimulava.
- (D) aproximadamente a metade; símbolo; opunha-se.
- (E) exatamente a metade; mito; harmonizava-se.

05. Identificam-se termos empregados em sentido figurado nos dois trechos transcritos em:

- (A) Andar devagar desafiava a eficiência. / ... saí de um restaurante e dei de cara com um veadinho, pulando feliz entre as ruas vazias.
- (B) E esse sentido pode ser a chave para explorar uma cidade contemporânea... / Com o tempo, a palavra se soltou das amarras e ganhou novos usos.
- (C) O tempo é meado do século 19. / Nas suas caminhadas, cada um vai montar sua estratégia e andar onde se sente confortável.
- (D) O lugar é Paris, após as grandes reformas urbanas. / Caminhar sem destino desafiava o utilitarismo. Andar devagar desafiava a eficiência.
- (E) Para mim, as melhores caminhadas são sempre em cidades antigas. / E, de quebra, vai chegar ao final uma pessoa um pouquinho diferente.

06. A concordância verbal atende à norma-padrão em:

- (A) Cidades antigas, como Roma ou a pequena San Gimignano, têm condições adequadas para as pessoas realizarem as melhores caminhadas e coletem experiências.
- (B) Indubitavelmente, existe situações que mostram as contradições da modernidade: caminhar sem destino e andar devagar desafiavam as grandes reformas urbanas.
- (C) A sociedade contemporânea dispõem de um novo sentido para "flanar", que se reporta às experiências coletadas nos momentos de interação entre as pessoas.
- (D) Até mesmo numa cidade como São Paulo pode-se descobrir novidades ao dobrar uma esquina: tratam-se de situações inesperadas revestidas de cenários exuberantes.
- (E) Cabem aos brasileiros planejar os seus passeios, evidentemente preocupando-se com a segurança, montando cuidadosamente suas estratégias de caminhada.

07. O "flâneur" vive ansioso \_\_\_\_\_ caminhar sem destino. Apesar da expansão de cidades como São Paulo, aquele que aspira \_\_\_\_\_ sensação de andar por uma cidade desconhecida pode se surpreender quando encontra um cenário exuberante. Pode ser que jamais se esqueça \_\_\_\_\_.

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas do enunciado devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) à ... a ... daquele lugar
- (B) para ... à ... aquele lugar
- (C) por ... à ... daquele lugar
- (D) em ... a ... aquele lugar
- (E) de ... da ... àquele lugar

Leia o texto para responder às questões de números 08 a 10.

*Prece*

Senhor Bom Jesus do Calvário e da Via-Sacra  
O prefeito Henriquinho  
Vai derrubar o teu templo da Rua Uruguaiana  
Para abrir uma avenida!

Senhor Bom Jesus do Calvário e da Via-Sacra  
O prefeito Henriquinho  
Para abrir uma avenida  
Vai demolir o templo do santo  
Pedra da fé  
Sobre a qual edificaste a tua Igreja!

Senhor Bom Jesus do Calvário e da Via-Sacra  
Quando o prefeito morrer  
Não o mandes para o Inferno:  
Ele não sabe o que faz.  
Mas um seculozinho a mais de Purgatório  
Não seria mau. Amém.

(Manuel Bandeira. *As cidades e as musas*)

08. A leitura da terceira estrofe permite concluir corretamente que o eu lírico

- (A) impõe uma pena extrema ao prefeito Henriquinho pela transformação do cenário urbano.
- (B) implora pela morte breve do prefeito Henriquinho, para que seja implacavelmente castigado.
- (C) pede clemência em favor do prefeito Henriquinho, porque a criação da avenida era urgente.
- (D) condena a abertura da avenida, mas não vê motivo para punir o prefeito Henriquinho.
- (E) recomenda um castigo ao prefeito Henriquinho pela possível demolição do templo santo.

09. A primeira e a segunda estrofes terminam com ponto de exclamação, que reforça a ideia de
- (A) indiferença.  
 (B) auspício.  
 (C) contradição.  
 (D) ambiguidade.  
 (E) indignação.

10. Assinale a alternativa em que a colocação pronominal e a flexão verbal estão de acordo com a norma-padrão.
- (A) Quem vir conhecer o lugar verá que criou-se uma avenida onde antes tinha-se um templo.  
 (B) Se tudo se manter como o planejado, a avenida que se abrirá ficará no lugar do templo.  
 (C) Quando se vir o lugar onde passa a avenida, certamente se sentirá a falta do templo ali.  
 (D) Ninguém entreviu e, no lugar em que se estabeleceu o templo, construirá-se uma avenida.  
 (E) Se abrirá uma avenida se as pessoas não se disporem a combater a demolição do templo.

### UNIDADES DE MEDIDAS E RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

11. Uma rampa de acessibilidade será construída e poderá ter, no máximo, 8,33% de inclinação. Um fiscal verifica se o projeto dessa rampa atende as especificações de inclinação. O projeto mostra que a rampa alcançará uma altura de 0,35 m com uma projeção horizontal de 4,0 m. Com essas medidas, é correto afirmar que a rampa
- (A) atende as especificações por apresentar 7,86% de inclinação.  
 (B) não atende as especificações por apresentar 8,90% de inclinação.  
 (C) atende as especificações por apresentar 7,34% de inclinação.  
 (D) não atende as especificações por apresentar 8,75% de inclinação.  
 (E) não atende as especificações por apresentar 8,44% de inclinação.

12. A figura ABCDEF representa o contorno de um terreno e em seu interior, a figura JKLMNP representa o contorno de uma edificação. Algumas medidas são: AF = 17 m; EF = 21 m; DE = 14 m; CD = 12 m; BC = 15 m; JP = 10 m; JK = 12 m; LM = 8 m; MN = 3 m.

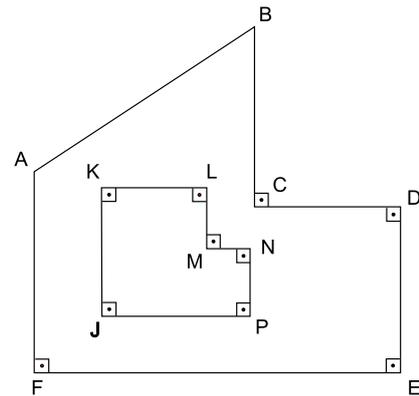


Figura fora de escala

(Arquivo pessoal; imagem usada com autorização)

A porcentagem que a área dessa edificação ocupa da área total do terreno é um valor entre

- (A) 25% e 26%.  
 (B) 26% e 27%.  
 (C) 24% e 25%.  
 (D) 27% e 28%.  
 (E) 28% e 29%.
13. A máxima exposição permitida ao ruído de 85 dB (decibéis) é de 8 horas, ao ruído de 90 dB é de 4 horas e ao ruído de 95 dB é de 2 horas. Considerando um decréscimo linear entre intervalos de 5 dB, de acordo com os valores expostos anteriormente, a máxima exposição permitida ao ruído de 104 dB será de
- (A) 42 minutos.  
 (B) 36 minutos.  
 (C) 50 minutos.  
 (D) 56 minutos.  
 (E) 46 minutos.

14. A prefeitura de um município quer transformar uma região retangular de 0,85 km de comprimento por 0,70 km de largura em um espaço para construção de casas, dividindo essa região em terrenos. Cada casa ficará no centro do seu terreno e terá por base um retângulo de 10 metros por 7 metros, de modo que haja uma distância de 3 metros de cada lado desse retângulo com o terreno pertencente à casa. Descontando-se 20 % da área da região retangular original para construção de ruas e outros elementos coletivos, o número de moradias (casa e terreno) possíveis de serem construídas nessa região é de aproximadamente

- (A) 2568.
- (B) 2340.
- (C) 2294.
- (D) 2860.
- (E) 2288.

15. Um fiscal encontrou em uma feira livre um vendedor de água sanitária vendendo esse produto em um recipiente cilíndrico de diâmetro 8 cm e altura 15 cm. O produto era oferecido como se no recipiente houvesse 1 litro de água sanitária e o vendedor cobrava R\$ 2,50 por recipiente. Mantida a proporção, o preço por litro de água sanitária que esse vendedor de fato está cobrando está entre

**Dados:**  $\pi=3,14$

- (A) R\$ 3,10 e R\$ 3,20.
- (B) R\$ 3,00 e R\$ 3,10.
- (C) R\$ 2,90 e R\$ 3,00.
- (D) R\$ 3,20 e R\$ 3,30.
- (E) R\$ 3,30 e R\$ 3,40.

16. Os pares de números a seguir formam uma sequência ilimitada criada com um padrão lógico:

(1, 1), (2, 2), (3, 3), (1, 4), (2, 1), (3, 2), (1, 3), (2, 4), (3, 1), (1, 2), (2, 3), (3, 4), (1, 1), (2, 2), (3, 3), (1, 4), (2, 1),

...

Considerando os primeiros 80 pares de números dessa sequência, a quantidade desses pares, cuja soma de seus elementos é 4, é igual a

- (A) 19.
- (B) 22.
- (C) 21.
- (D) 20.
- (E) 18.

17. O treinamento em um percurso em terreno plano é formado por sete etapas, em linha reta, que devem ser percorridas acrescentando apenas a mudança de direção entre elas. Segue a descrição das etapas:

- I. 120 metros de caminhada lenta. Virada de 90 graus à esquerda.
- II. 40 metros de corrida normal. Virada de 90 graus à esquerda.
- III. 240 metros de caminhada mais rápida do que na etapa 1. Virada de 90 graus à direita.
- IV. 30 metros de corrida, a mais rápida que conseguir. Virada de 90 graus à direita.
- V. 70 metros de caminhada lenta. Virada de 90 graus à esquerda.
- VI. 50 metros de corrida normal. Virada de 90 graus à direita.
- VII. 170 metros de caminhada lenta e fim.

**Dados:** a diagonal de um quadrado mede aproximadamente  $1,4L$ , sendo  $L$  a medida do lado do quadrado.

A distância, em linha reta, entre o ponto inicial e o ponto final do percurso é um valor entre

- (A) 169 m e 170 m.
- (B) 168 m e 169 m.
- (C) 167 m e 168 m.
- (D) 170 m e 171 m.
- (E) 166 m e 167 m.

18. Um fiscal percorre certa feira livre na segunda sexta-feira de cada mês e, se houver, na quinta sexta-feira de cada mês. Esse fiscal percorreu essa feira, sem faltar, do dia 8 de março, uma sexta-feira, até o dia 13 de setembro desse mesmo ano. Nesse intervalo de tempo, o número de vezes que o fiscal percorreu essa feira foi

- (A) 11.
- (B) 12.
- (C) 10.
- (D) 8.
- (E) 9.

19. Considere a afirmação:

Se todas as bancas estão no lugar correto, então não há motivo para reclamação.

Uma alternativa logicamente equivalente a essa afirmação está contida em:

- (A) Pelo menos uma banca não está no lugar correto ou não há motivo para reclamação.
- (B) Se não há motivo para reclamação, então todas as bancas estão no lugar correto.
- (C) Se há motivo para reclamação, então não há banca no lugar correto.
- (D) Ou todas as bancas estão no lugar correto ou não há motivo para reclamação.
- (E) Não há motivo para reclamação e todas as bancas estão no lugar correto.

20. Um grupo de seis pessoas passou por uma bateria de testes para verificação se eram ou não eram qualificadas para exercer determinada função em uma empresa. Algumas informações sobre os resultados dos testes são dadas a seguir e expressas da seguinte forma: 'é', que significará ser qualificada ou qualificado ou na forma 'não é' que significará não ser qualificada ou não ser qualificado.

Considere que as seguintes afirmações são verdadeiras:

- I. Se André é, então Bruna é.
- II. Cleusa é ou Davi é.
- III. Ou Elton é ou Fabiana não é.
- IV. Bruna não é.
- V. Cleusa não é.
- VI. Fabiana é.

A partir dessas informações é logicamente verdadeiro afirmar que:

- (A) Se Elton é, então Cleusa é.
- (B) Bruna não é e Davi não é.
- (C) Se Fabiana é, então André é.
- (D) Davi não é ou André é.
- (E) André não é ou Elton não é.

## R A S C U N H O

## NOÇÕES DE DIREITO

21. Suponha que a prefeitura instituiu uma nova regulamentação que proíbe a realização de eventos em praças sem autorização prévia. O objetivo da regulamentação é garantir a segurança e o bem-estar dos cidadãos que frequentam essas áreas.

Com base no caso apresentado, assinale a alternativa que apresenta o princípio da Administração Pública cuja definição possua correlação direta com as razões utilizadas pela prefeitura para a expedição dessa regulação.

- (A) Princípio da razoabilidade.
- (B) Princípio da supremacia do interesse público.
- (C) Princípio da indisponibilidade.
- (D) Princípio da reserva do possível.
- (E) Princípio da segurança jurídica.

22. Durante uma inspeção da prefeitura realizada pelo órgão responsável pela fiscalização do cumprimento das normas de segurança em estabelecimentos comerciais, foi constatado que um restaurante estava operando sem possuir o alvará sanitário obrigatório. Diante dessa situação, o órgão de fiscalização emitiu um auto de infração e determinou o fechamento temporário do estabelecimento até que a regularização fosse efetuada. Com base no caso apresentado, qual é o poder exercido pelo órgão de fiscalização ao determinar o fechamento temporário do restaurante até a regularização sanitária?

- (A) Poder de polícia.
- (B) Poder disciplinar.
- (C) Poder normativo.
- (D) Poder discricionário.
- (E) Poder hierárquico.

23. Em decorrência de um buraco que não foi devidamente sinalizado, aberto em uma via pública pela prefeitura para reparo em galerias pluviais, acabou acontecendo um acidente de trânsito, resultando em danos materiais ao veículo e lesões ao condutor. A vítima alega que o município foi negligente na manutenção e sinalização das vias.

Assinale a alternativa que apresenta a modalidade de responsabilidade civil que pode ser aplicada ao município diante dessa situação.

- (A) Aplica-se, no caso, a teoria da irresponsabilidade civil do Estado, uma vez que o ente público não possui qualquer responsabilidade pelos atos ou omissões de seus agentes.
- (B) Responsabilidade civil subjetiva, aplicando-se a teoria da culpa civil, sendo imperiosa, para este fim, a comprovação do dano, donexo causal e da negligência do Poder Público por ato omissivo de um agente.
- (C) Responsabilidade civil objetiva, aplicando-se a teoria do risco administrativo, sendo imperiosa, para este fim, a comprovação do dano e do nexocausal, independentemente de culpa.
- (D) Responsabilidade civil solidária, por meio da qual o poder público municipal deverá indenizar o dano causado ao terceiro solidariamente com o servidor público que negligenciou o dever de manutenção e sinalização da via, sendo imperiosa, para este fim, a comprovação da culpa administrativa.
- (E) Responsabilidade civil por omissão, aplicando-se a teoria da culpa civil, que exige a comprovação do dano, o nexocausalidade entre este e a culpa do agente público que se omitiu na manutenção e sinalização da via.

24. A política de desenvolvimento urbano é executada pelo Poder Público municipal e tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, sendo o plano diretor o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. Diante disso, assinale a alternativa que apresenta uma afirmativa correta sobre a política urbana disciplinada na Constituição Federal.

- (A) O plano diretor deve ser aprovado pela Câmara Municipal, sendo obrigatório para cidades com mais de dez mil habitantes.
- (B) Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- (C) O plano diretor deve ser aprovado pela Câmara Municipal, sendo obrigatório para cidades a partir de duzentos mil habitantes.
- (D) Os imóveis públicos podem ser adquiridos por usucapião desde que o cidadão fique na posse por dez anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família.
- (E) As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em títulos da dívida pública.

25. De acordo com o Código Civil Brasileiro, são bens públicos de uso comum do povo:
- (A) aeroportos.
  - (B) terrenos baldios.
  - (C) escolas públicas.
  - (D) estradas.
  - (E) hospitais.
26. Francisca, com 16 anos de idade, deseja vender um imóvel que recebeu como herança de seus pais. Entretanto, sua avó, Ana, alega que Francisca é absolutamente incapaz e, portanto, não possui capacidade para realizar tal negócio. Diante dessa situação, considerando as normas do Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa correta.
- (A) Francisca, por ter 16 anos de idade completos, é considerada relativamente incapaz, podendo realizar a venda do imóvel recebido como herança nos termos da lei.
  - (B) Francisca, por ter 16 anos completos, embora seja considerada absolutamente incapaz, poderá realizar a venda do imóvel recebido como herança.
  - (C) Francisca, por ser maior de 16 anos e menor de 18 anos, é considerada relativamente incapaz, não podendo realizar nenhum ato jurídico.
  - (D) Francisca, por ter 16 anos de idade, é considerada absolutamente capaz, podendo realizar a venda do imóvel recebido como herança sem qualquer restrição legal.
  - (E) Francisca, por ser menor de 18 anos, é considerada absolutamente incapaz, não podendo realizar nenhum ato jurídico.
27. Carlos é proprietário de um terreno localizado em área urbana e deseja construir um prédio de apartamentos no local. No entanto, ele se depara com uma restrição no Plano Diretor do município que impede a construção de prédios com mais de dois pavimentos naquela região. Diante dessa situação, considerando as disposições do Código Civil Brasileiro sobre o direito de construir, assinale a alternativa correta.
- (A) Carlos poderá exercer o direito de construir no terreno sem a necessidade de autorização prévia do Poder Público, uma vez que é proprietário do imóvel e possui autonomia para realizar a construção.
  - (B) Carlos poderá exercer o direito de construir no terreno, desde que obtenha a anuência de todos os proprietários vizinhos, uma vez que a construção de um prédio de apartamentos pode afetar a vizinhança.
  - (C) Carlos poderá exercer o direito de construir no terreno, mas estará sujeito a restrições impostas pela associação de moradores da região, que poderá limitar a altura e o tipo de construção permitidos.
  - (D) Carlos poderá exercer o direito de construir no terreno, mas estará sujeito à autorização prévia do Poder Público, que poderá impor limitações ou condicionantes à construção.
  - (E) Carlos não poderá exercer o direito de construir no terreno, uma vez que o Plano Diretor do município limita a altura máxima dos prédios naquela região.
28. João é funcionário público lotado em um órgão da administração pública municipal. Certo dia, ele recebe uma proposta de um empresário para agilizar a análise e aprovação de um processo de licenciamento ambiental em troca de uma vantagem financeira. João aceita a proposta e recebe o valor combinado, efetuando a aprovação do processo de forma irregular. Diante dessa situação, com base na legislação brasileira referente aos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, assinale a alternativa correta.
- (A) João cometeu o crime de concussão, uma vez que exigiu vantagem indevida para si em razão de sua função pública.
  - (B) João cometeu o crime de prevaricação, uma vez que recebeu vantagem indevida em razão de sua função pública.
  - (C) João cometeu o crime de corrupção passiva, uma vez que recebeu vantagem indevida em razão de sua função pública.
  - (D) João não cometeu nenhum crime, uma vez que essa conduta não é tipificada na lei penal brasileira.
  - (E) João cometeu o crime de peculato, uma vez que se apropriou indevidamente de valor pertencente à administração pública.
29. Se um particular exigir para si alguma vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função ele comete o crime de:
- (A) corrupção passiva.
  - (B) tráfico de Influência.
  - (C) prevaricação.
  - (D) corrupção ativa.
  - (E) usurpação de função pública.
30. Carlos é comerciante e decide importar uma grande quantidade de eletrônicos, como smartphones e tablets, para revender em sua loja. Ele tem ciência de que, para realizar a importação legalmente, precisa pagar os devidos tributos aduaneiros. Entretanto, visando obter maior lucro, Carlos decide não declarar a totalidade dos eletrônicos importados e subfatura a quantidade real da carga na documentação de importação, com o intuito de reduzir os valores dos tributos que deveria pagar.
- Considerando o caso apresentado, assinale a alternativa que corresponde à infração cometida por Carlos.
- (A) Contrabando.
  - (B) Corrupção ativa em transação comercial.
  - (C) Falsidade material.
  - (D) Descaminho.
  - (E) Estelionato.

- 31.** O crime de advocacia administrativa é previsto no Código Penal Brasileiro e refere-se a uma conduta ilícita relacionada à função pública consistente em:
- (A) praticar atos de corrupção passiva, solicitando vantagens indevidas em troca de favores na administração pública.
  - (B) exercer a advocacia de forma irregular, sem estar devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.
  - (C) oferecer serviços de assessoria jurídica para empresas sem possuir formação em Direito.
  - (D) valer-se do cargo ou função pública para patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
  - (E) valer-se do cargo ou função pública para exigir, para si ou para outrem, vantagem indevida para a prática de ato administrativo irregular.
- 32.** De acordo com o Código Civil Brasileiro, aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. No entanto, não comete ato ilícito:
- (A) o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelos bons costumes, já que o direito civil não regula o direito consuetudinário.
  - (B) o indivíduo que destrói coisa alheia, a fim de remover perigo iminente, ainda que as circunstâncias o tornem absolutamente desnecessário.
  - (C) o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico.
  - (D) o indivíduo que lesionar uma pessoa, a fim de remover perigo iminente, ainda que as circunstâncias o tornem absolutamente desnecessário.
  - (E) o sujeito que praticar atos em legítima defesa, ainda que suscetíveis de causar danos a terceiros.
- 33.** De acordo com o art. 5º da Constituição Federal, conceder-se-á mandado de injunção:
- (A) para anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
  - (B) para proteger direito líquido e certo, não amparado por “habeas-corpus” ou “habeas-data”, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
  - (C) sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
  - (D) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
  - (E) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- 34.** No sistema jurídico brasileiro, as normas legais estão organizadas em uma hierarquia que define sua aplicabilidade e validade. Nesse sentido, com base na Constituição Federal, é correto afirmar que a hierarquia das leis segue a seguinte ordem:
- (A) Emendas Constitucionais, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos Legislativos e Resoluções.
  - (B) Leis Complementares, Emendas Constitucionais, Leis Ordinárias, Resoluções e Decretos Legislativos.
  - (C) Emendas Constitucionais, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Resoluções, Decretos Legislativos.
  - (D) Emendas Constitucionais, Medidas Provisórias, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos Legislativos.
  - (E) Leis Ordinárias, Leis Complementares, Emendas Constitucionais, Medidas Provisórias, Decretos Legislativos.
- 35.** Assinale a alternativa que apresenta o atributo dos atos administrativos que confere à decisão da administração pública a capacidade de produzir efeitos imediatos, independentemente de autorização judicial, desde que preenchidos os requisitos legais.
- (A) Imperatividade.
  - (B) Autoexecutoriedade.
  - (C) Presunção de legitimidade.
  - (D) Tipicidade.
  - (E) Razoabilidade.

## LEGISLAÇÃO MUNICIPAL ESPECÍFICA

36. Conforme previsto na Lei Orgânica do Município de São Paulo, a organização do Município observará, entre outros, o seguinte princípio ou diretriz:

- (A) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- (B) a soberania municipal nas suas relações com nações estrangeiras.
- (C) a mobilização de efetivo policial permanente para proteção do território municipal.
- (D) a programação e o planejamento sistemáticos.
- (E) o exercício moderado da autonomia municipal.

37. A respeito da aplicação das normas contidas na Lei Orgânica Municipal (LOM) é correto afirmar que

- (A) salvo nos casos em que expressamente haja menção ao diploma legal ou à norma infralegal regulamentar, as normas previstas na LOM são autoaplicáveis.
- (B) estas normas dependem, em geral, de regulamentação mediante lei ou decreto para que possam ser aplicadas.
- (C) as normas previstas na LOM têm, via de regra, caráter programático, estabelecendo diretrizes de atuação para o Poder Público.
- (D) são imediatamente aplicáveis, independentemente de regulamentação, apenas as emendas à LOM aprovadas por dois terços dos vereadores.
- (E) estas normas são autoaplicáveis apenas na hipótese de se referirem a trechos de repetição obrigatória da Constituição Federal ou da Constituição Estadual.

38. É o instrumento global e estratégico da política de desenvolvimento urbano e de orientação de todos os agentes públicos e privados que atuam na cidade:

- (A) Plano Municipal de Saneamento Básico.
- (B) Manual Municipal de Posturas Públicas.
- (C) Plano Diretor.
- (D) Lei de Uso e Ocupação do Solo.
- (E) Código de Obras e Edificações.

39. Segundo a Lei Orgânica Municipal, o Poder Público Municipal, mediante lei específica para área incluída no Plano Diretor, poderá exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de

- (A) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública; parcelamento ou edificação compulsórios.
- (B) cassação da licença de obra pública concedida para o imóvel; imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.
- (C) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; parcelamento ou edificação compulsórios; desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.
- (D) cassação da licença de obra pública concedida para o imóvel; desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública; parcelamento ou edificação compulsórios.
- (E) parcelamento ou edificação compulsórios; imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.

40. Suponha que uma empresa pública controlada pela Prefeitura do Município de São Paulo, cujo objeto social consiste na realização de obras de engenharia civil, pretenda realizar uma obra pública no território do município. Neste contexto, é correto afirmar, segundo a Lei Orgânica Municipal, que a prestação de serviços e a realização de obras públicas por entidades vinculadas ao Município

- (A) não ficam dispensadas da prévia submissões aos órgãos municipais competentes para fins de aprovação, pois a dispensa se aplica apenas às autarquias e fundações públicas.
- (B) não ficam dispensadas da prévia submissão aos órgãos municipais competentes para fins de aprovação, pois a dispensa se aplica apenas às autarquias.
- (C) não ficam dispensadas da prévia submissão aos órgãos municipais competentes para fins de aprovação, pois a dispensa se aplica apenas à União e ao Estado.
- (D) deverão ser obrigatoriamente submetidas ao Município para aprovação ou compatibilização com outros serviços ou obras previstos ou em andamento.
- (E) ficam dispensadas da prévia submissão aos órgãos municipais competentes para fins de aprovação.

41. Suponha que um novo prefeito seja eleito no Município de São Paulo com a proposta de devolver à Cidade o seu caráter industrial de outrora. Para tanto o prefeito pretende apresentar projetos de incentivos fiscais para a instalação de indústrias de base no território do Município, tais como indústrias químicas e usinas termelétricas. A respeito desta situação hipotética, é correto afirmar, com base na Lei Orgânica do Município (LOM), que:
- (A) a proposta está em linha com o normativo contido na LOM que estabelece que é livre a iniciativa para empreender no território do Município de São Paulo, independentemente de licença ou autorização do Poder Público.
  - (B) a proposta contraria a diretriz contida na LOM de substituição do perfil industrial das empresas localizadas no município, incentivando a transformação para indústrias de menor impacto ambiental.
  - (C) a proposta contraria a diretriz contida na LOM de substituição do perfil da atividade econômica municipal de industrial para um pólo de comércio e serviços, o que impede a instalação de qualquer indústria no território do Município.
  - (D) a proposta está em linha com o normativo contido na LOM que estabelece que é livre a iniciativa para empreender em qualquer parte do território do Município de São Paulo, sendo, porém, sempre necessário prévio estudo de impacto de vizinhança.
  - (E) a proposta está em linha com o normativo contido na LOM que estabelece que é livre a iniciativa para empreender no território do Município de São Paulo, sendo, porém, necessária prévia licença do Poder Público.
42. O Poder Municipal disciplinará as atividades econômicas desenvolvidas em seu território, cabendo-lhe, quanto aos estabelecimentos comerciais, industriais, de serviços e similares, dentre outras, a seguinte atribuição:
- (A) tabelar preços e legislar sobre condições de pagamento.
  - (B) regular acerca da publicidade dirigida a crianças e adolescentes.
  - (C) incentivar o comércio ambulante por pessoa física e jurídica nas vias e logradouros.
  - (D) fiscalizar as suas atividades para garantir o pagamento de tributos municipais, estaduais e federais.
  - (E) fixar horários e condições de funcionamento.
43. Suponha que determinado agente público com atuação em determinada subprefeitura da Prefeitura de São Paulo resolva utilizar em seus despachos papel timbrado com slogan de sua campanha eleitoral, sob a justificativa de que as pessoas, assim, irão associar mais facilmente o nome à sua pessoa. A respeito desta situação hipotética, é correto afirmar, com base na Lei Municipal nº 14.141/2006, que dispõe sobre o processo administrativo na Administração Pública Municipal, que a conduta do agente público
- (A) viola o princípio da objetividade no atendimento ao interesse público.
  - (B) atende ao princípio de observância das formalidades essenciais.
  - (C) contradiz o princípio da impulsão de ofício dos processos administrativos.
  - (D) fere o princípio da vedação ao nepotismo no serviço público.
  - (E) atende ao princípio de atuação conforme à lei e ao Direito.
44. Em determinado processo administrativo constituído com a finalidade de apurar denúncia de desrespeito a normas municipais de posturas, o denunciado faz solicitação de vista dos autos a fim de obter conhecimento das decisões proferidas neste processo, recebendo como resposta a informação de que os autos são sigilosos, motivo pelo qual estaria vedada a tomada de vistas e realização de cópias dos documentos nele inseridos. A respeito desta situação hipotética, é correto informar, com base na Lei Municipal nº 14.141/2006, que dispõe sobre o processo administrativo na Administração Pública Municipal, que
- (A) a realização de pedido de vista em processo administrativo municipal deve ser realizada necessariamente por advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.
  - (B) é direito do munícipe ter vista dos autos e deles obter cópias, tomando conhecimento de decisões proferidas nos processos administrativos em que tenha a condição de interessado.
  - (C) o munícipe da cidade tem direito de obter vista de autos em tramitação na Prefeitura de São Paulo, independentemente do objeto e do seu interesse pessoal no processo.
  - (D) são sigilosos os documentos inseridos em processo municipal voltado à apuração de denúncia de descumprimento de normas de posturas até a decisão final da autoridade.
  - (E) via de regra, os processos administrativos municipais são considerados de caráter confidencial até que seja proferido o despacho saneador pela autoridade máxima do órgão.

45. De acordo com a Lei nº 16.050/2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, se um determinado cidadão quiser calcular o coeficiente de aproveitamento de um determinado lote, deverá calcular a relação entre a área
- (A) não edificada, incluída a área computável, e a área do lote, podendo o resultado ser comparado com o coeficiente alto, médio e baixo.
  - (B) edificada, excluída a área não computável, e a área do lote, podendo o resultado ser comparado com o coeficiente alto, médio e baixo.
  - (C) edificada, excluída a área não computável, e a área do lote, podendo o resultado ser comparado com o coeficiente M1, M2 e M3.
  - (D) não edificada, excluída a área computável, e a área do lote, podendo o resultado ser comparado com o coeficiente mínimo, máximo e básico.
  - (E) edificada, excluída a área não computável, e a área do lote, podendo o resultado ser comparado com o coeficiente mínimo, máximo e básico.
46. Se o mesmo cidadão da pergunta anterior quiser calcular o potencial construtivo adicional de um lote com base na Lei nº 16.050/2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, ele deverá
- (A) calcular o produto entre o potencial construtivo básico, que é o produto resultante da multiplicação de sua área pelo coeficiente de aproveitamento básico fixado para a zona onde está localizado, e o potencial construtivo máximo, que é o produto resultante da multiplicação de sua área pelo coeficiente de aproveitamento máximo fixado para a zona onde está localizado.
  - (B) calcular a soma entre o potencial construtivo básico, que é o produto resultante da multiplicação de sua área pelo coeficiente de aproveitamento básico fixado para a zona onde está localizado, e o potencial construtivo máximo, que é o produto resultante da multiplicação de sua área pelo coeficiente de aproveitamento máximo fixado para a zona onde está localizado.
  - (C) calcular a diferença entre o potencial construtivo M1, que é o produto resultante da multiplicação de sua área pelo coeficiente de aproveitamento M1 fixado para a zona onde está localizado, e o potencial construtivo M2, que é o produto resultante da multiplicação de sua área pelo coeficiente de aproveitamento M2 fixado para a zona onde está localizado.
  - (D) calcular a diferença entre o potencial construtivo básico, que é o produto resultante da multiplicação de sua área pelo coeficiente de aproveitamento básico fixado para a zona onde está localizado, e o potencial construtivo máximo, que é o produto resultante da multiplicação de sua área pelo coeficiente de aproveitamento máximo fixado para a zona onde está localizado.
  - (E) comparecer a uma das 32 subprefeituras da Prefeitura de São Paulo, para que seja realizada uma avaliação especial do imóvel, nos termos e condições fixados no Plano Diretor Estratégico, considerando ainda as regras de uso e ocupação do solo.
47. O instrumento de gestão e participação instituído para acompanhar a elaboração e implantação de planos e projetos de urbanização e de regularização fundiária, de acordo com a Lei nº 16.050/2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, é o
- (A) conselho curador do fundo de desenvolvimento urbano.
  - (B) plano municipal de habitação.
  - (C) conselho gestor das ZEIS.
  - (D) orçamento participativo.
  - (E) plano de manejo.
48. Conforme dispõe a Lei Municipal nº 15.031/2009, a fiscalização das atividades registradas como Microempreendedor Individual – MEI
- (A) seguirá os mesmos padrões e rigores previstos para a fiscalização dos demais empreendedores no território municipal, conforme os níveis de risco das atividades realizadas.
  - (B) terá natureza prioritariamente arrecadatória e será desenvolvida pelos órgãos competentes, observado o critério de duas visitas para a lavratura do Auto de Multa.
  - (C) seguirá os mesmos padrões e rigores previstos para a fiscalização dos demais empreendedores no território municipal, no caso de atividades de baixo risco.
  - (D) terá natureza prioritariamente orientadora e será desenvolvida pelos órgãos competentes, observado o critério de duas visitas para a lavratura do Auto de Multa.
  - (E) terá natureza sancionatória, com o objetivo de preservar a legalidade, a salubridade e a segurança da população em relação a atividades potencialmente nocivas.

49. Em uma fiscalização de rotina, um fiscal de posturas da Prefeitura de São Paulo recebe uma denúncia sobre um estabelecimento comercial localizado em um bairro residencial de São Paulo. A denúncia alega que o estabelecimento, operado por um microempreendedor individual, está operando sem alvará, causando perturbação do sossego e gerando riscos à segurança e à higiene do local. O mesmo estabelecimento já teria sido objeto de fiscalização no passado, momento em que o empreendedor foi orientado a respeito dos seus deveres e obrigações em face da legislação municipal. Ao chegar ao estabelecimento, o fiscal verifica que ele está, de fato, em pleno funcionamento, mesmo sem possuir os alvarás e licenças necessários para operar legalmente. Além disso, constata que o estabelecimento não atende aos parâmetros de incomodidade, segurança, higiene e salubridade exigidos pelas normas municipais. Diante dessa constatação, decide lavrar um Auto de Infração e um Auto de Multa com base na Lei Municipal nº 15.031/2009. No Auto de Infração, descreve detalhadamente as irregularidades encontradas, como a falta de alvará, a perturbação do sossego e as condições inadequadas de higiene e segurança. No Auto de Multa, estabelece o valor de R\$ 100,00 (cem reais), atualizado de acordo com o IPCA do IBGE. Concomitantemente à aplicação do primeiro Auto de Multa, o fiscal lavra um Auto de Intimação para que o estabelecimento regularize sua situação ou encerre a atividade no prazo máximo de 30 dias. Em relação a esta situação hipotética, é correto afirmar que
- (A) não há previsão na legislação para a aplicação de segundo auto de infração e auto de multa em caso de desrespeito à ordem de regularização da situação de desconformidade identificada pela fiscalização, mas apenas previsão para a lacração do estabelecimento.
  - (B) em caso de não cumprimento do Auto de Intimação, deverá ocorrer a lavratura de segundo Auto de Infração e de Multa, a interdição da atividade com lacre e a possibilidade de acionar a Assessoria Militar do Gabinete do Prefeito para auxílio da Polícia Militar em caso de resistência à interdição.
  - (C) a legislação concede o prazo de 60 (sessenta) dias para a regularização da desconformidade identificada após a lavratura de auto de infração e auto de multa, de maneira que o prazo definido pelo fiscal não encontra respaldo.
  - (D) o fiscal agiu errado, pois o valor da multa em caso de perturbação do sossego por estabelecimento operado por microempreendedor individual é de R\$ 1.000,00 (mil reais), e não apenas R\$ 100,00 (cem reais).
  - (E) o fiscal agiu errado, pois não são exigíveis alvarás de funcionamento no território do Município de São Paulo para a realização de atividades econômicas em geral por microempreendedores individuais.
50. Durante uma fiscalização de rotina em uma região movimentada da cidade, um fiscal de posturas de São Paulo recebe informações sobre um restaurante localizado em uma importante avenida. A denúncia alega que o estabelecimento está utilizando indevidamente o passeio fronteiro, bloqueando o livre trânsito de pedestres e comprometendo a visibilidade dos motoristas na confluência das vias. Ao chegar ao restaurante, o fiscal constata que mesas, cadeiras e um toldo estão ocupando uma área significativa do passeio, obstruindo o trânsito de pedestres e prejudicando a visibilidade dos condutores que se aproximam da interseção. O fiscal verifica ainda que o restaurante não possui autorização expressa dos vizinhos laterais para utilizar seus passeios fronteiros. Diante desta situação, é correto afirmar, com base na legislação municipal, que
- (A) o fiscal poderá aplicar multa no valor correspondente à gravidade da infração, dentro da faixa estabelecida de 20 a 30 UFGs, considerando a extensão da obstrução e a reincidência do estabelecimento.
  - (B) o fiscal pode de ofício apreender os bens e equipamentos do estabelecimento que estejam ocupando indevidamente o passeio público, destinando-os para leilão ou para órgãos da Administração Municipal, em caso de serventia.
  - (C) não é necessária a autorização expressa dos vizinhos laterais para utilizar o passeio fronteiro entre estabelecimentos, conforme a legislação municipal, de maneira que nenhuma irregularidade decorre deste fato específico.
  - (D) é livre, no município de São Paulo, a utilização do espaço em frente aos estabelecimentos com atendimento ao público para a colocação de mesas e cadeiras, não havendo irregularidade em relação ao observado pelo fiscal, em que pesem eventuais aborrecimentos a terceiros.
  - (E) o bloqueio do trânsito para pedestres e o bloqueio da visibilidade para motoristas na confluência de vias, como descrito no caso, são irregularidades previstas na legislação de trânsito, e não na legislação de posturas, cabendo aos agentes de trânsito a eventual lavratura de autuação.
51. A respeito da instalação de estações rádio-base (ERB), no território do Município de São Paulo, é correto afirmar, com base na Lei nº 17.733/2022, que
- (A) a ERB poderá ser instalada em qualquer logradouro, desde que a sua largura seja superior a 4 (quatro) metros.
  - (B) é dispensada a emissão prévia de alvará de implantação de ERB pelo órgão competente para a sua instalação.
  - (C) é autorizada a implantação de ERB em área envoltória de bens tombados ou em bairros tombados, conforme condições estabelecidas em decreto.
  - (D) não são dispensadas de novo licenciamento as ERBs que apenas alterem características técnicas decorrentes de processo de modernização tecnológica.
  - (E) não é admitida a implantação de ERB em caso de irregularidade do imóvel onde será feita instalação, ainda que asseguradas as condições de segurança e estabilidade da edificação.

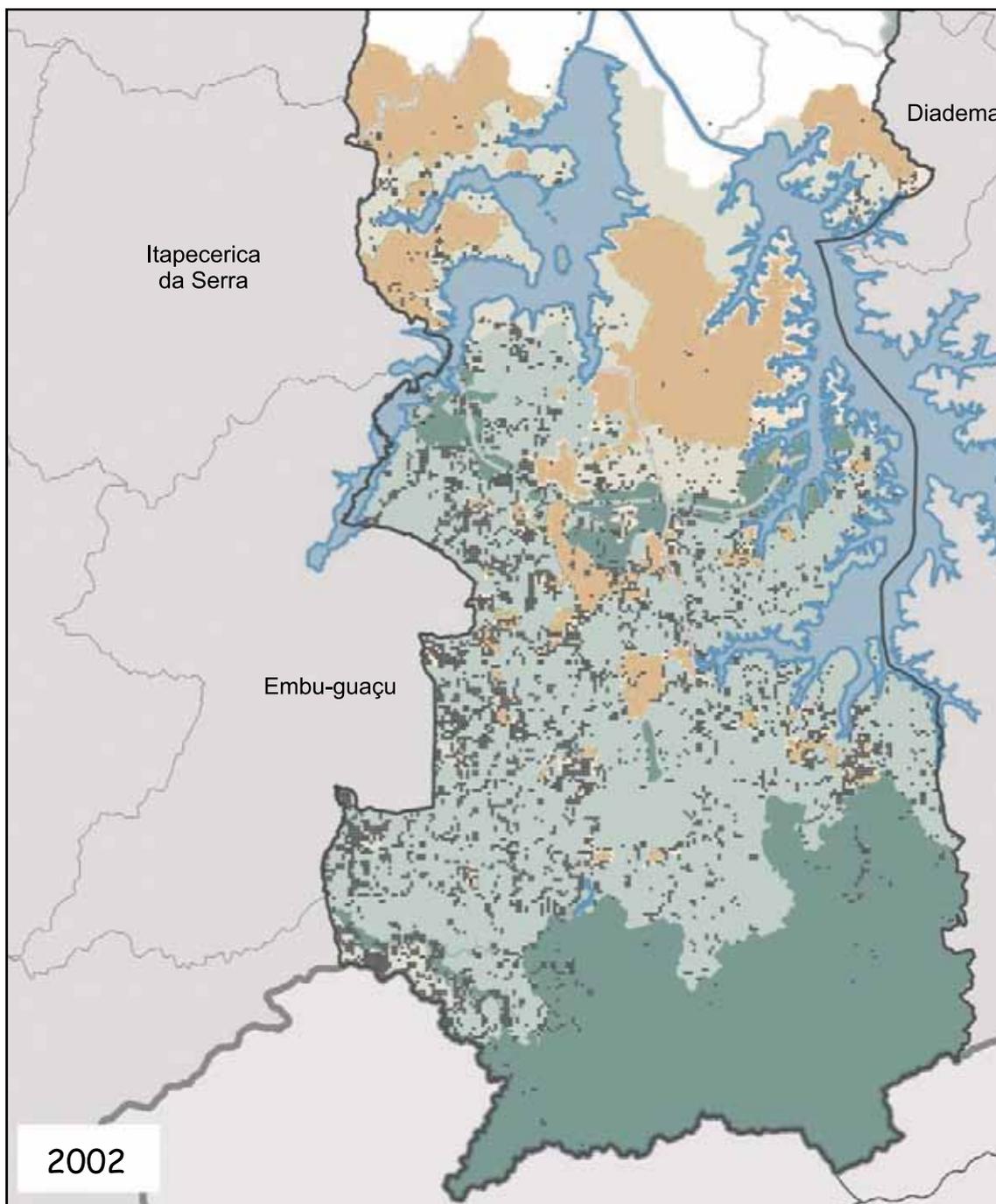
52. Uma pessoa jurídica operadora de estação rádio-base (ERB), que detém a concessão, permissão ou autorização para a exploração de serviços de telecomunicações, deseja utilizar de bem municipal para a implantação da ERB. Com base nesta situação, é correto afirmar, conforme a Lei nº 17.733/2022, que
- (A) a utilização de bem municipal para a implantação da ERB poderá ser admitida mediante autorização a título precário.
  - (B) é possível a utilização de bem municipal apenas nos casos de postes de iluminação pública, túneis ou viadutos.
  - (C) o cadastramento eletrônico é obrigatório para a instalação de ERB mini, no caso de fixação em mobiliários urbanos concedidos, tais como paradas de ônibus e relógios públicos.
  - (D) a utilização de bem municipal para a implantação da ERB poderá ser admitida mediante permissão de uso onerosa.
  - (E) é vedada a utilização de bem municipal para a implantação de ERB, exceto nas modalidades móvel e mini.
53. Um prédio comercial em São Paulo, que não apresenta condições de segurança conforme a legislação vigente e as normas técnicas oficiais, recebeu uma notificação da Prefeitura exigindo a apresentação de laudo técnico de segurança e projeto de adaptação da edificação dentro do prazo de 30 dias corridos. No entanto, o proprietário não cumpriu a determinação e não realizou as obras necessárias. Considerando a situação descrita e a Lei nº 9.433/1982, assinale a alternativa correta.
- (A) A Prefeitura deve conceder um prazo de prorrogação para que o proprietário realize as obras necessárias antes de aplicar qualquer multa.
  - (B) A interdição da edificação só pode ser efetuada após a reaplicação da multa por três períodos consecutivos, conforme determina a referida lei.
  - (C) A multa a ser aplicada ao proprietário será fixada de acordo com o Quadro nº III da lei, devido à inexecução das obras ou serviços dentro do prazo estipulado no cronograma físico-financeiro aceito pela Prefeitura.
  - (D) O proprietário não pode ser multado caso não cumpra a notificação inicial, uma vez que a lei não prevê penalidades para essa situação específica.
  - (E) O proprietário será multado, de acordo com o Quadro nº II da referida lei, pelo descumprimento da notificação inicial, podendo sofrer reaplicação da multa a cada período de 60 dias corridos enquanto persistir a infração.
54. De acordo com a Lei nº 13.614/2003, que estabelece as diretrizes para a utilização das vias públicas municipais em São Paulo, assinale a alternativa correta.
- (A) A implantação de galerias técnicas e obras compartilhadas é uma das diretrizes da política municipal de utilização das vias públicas.
  - (B) A permissão de uso das vias públicas é exclusivamente destinada à prestação de serviços públicos, não sendo permitida a utilização por empresas privadas.
  - (C) A lei estabelece que a utilização de métodos destrutivos e tecnologias tradicionais e consolidadas para a execução das obras é uma diretriz da política municipal.
  - (D) O permissionário não se responsabiliza perante terceiros por prejuízos decorrentes do uso da área, serviços e obras que executar.
  - (E) O Conselho Técnico de Análise de Projetos e Obras é responsável pela outorga da permissão de uso das vias públicas e pela execução das obras de infraestrutura urbana.
55. De acordo com a Lei nº 13.614/2003, assinale a alternativa correta sobre as obrigações do permissionário que obtém a permissão de uso das vias públicas.
- (A) O permissionário deve iniciar as obras e serviços aprovados no prazo de 12 meses, contado da data da lavratura do Termo de Permissão de Uso.
  - (B) O permissionário está isento do pagamento de qualquer contrapartida financeira ao Município de São Paulo pela utilização das vias públicas.
  - (C) O permissionário é o único responsável pela gestão do planejamento e execução das obras de manutenção dos equipamentos de infraestrutura urbana já instalados e a instalar.
  - (D) O permissionário não deve realizar qualquer nova obra ou benfeitoria na área cedida, sem a prévia e expressa aprovação da Municipalidade.
  - (E) O permissionário pode utilizar a área cedida para qualquer finalidade, desde que não cause impacto urbanístico ou ambiental.

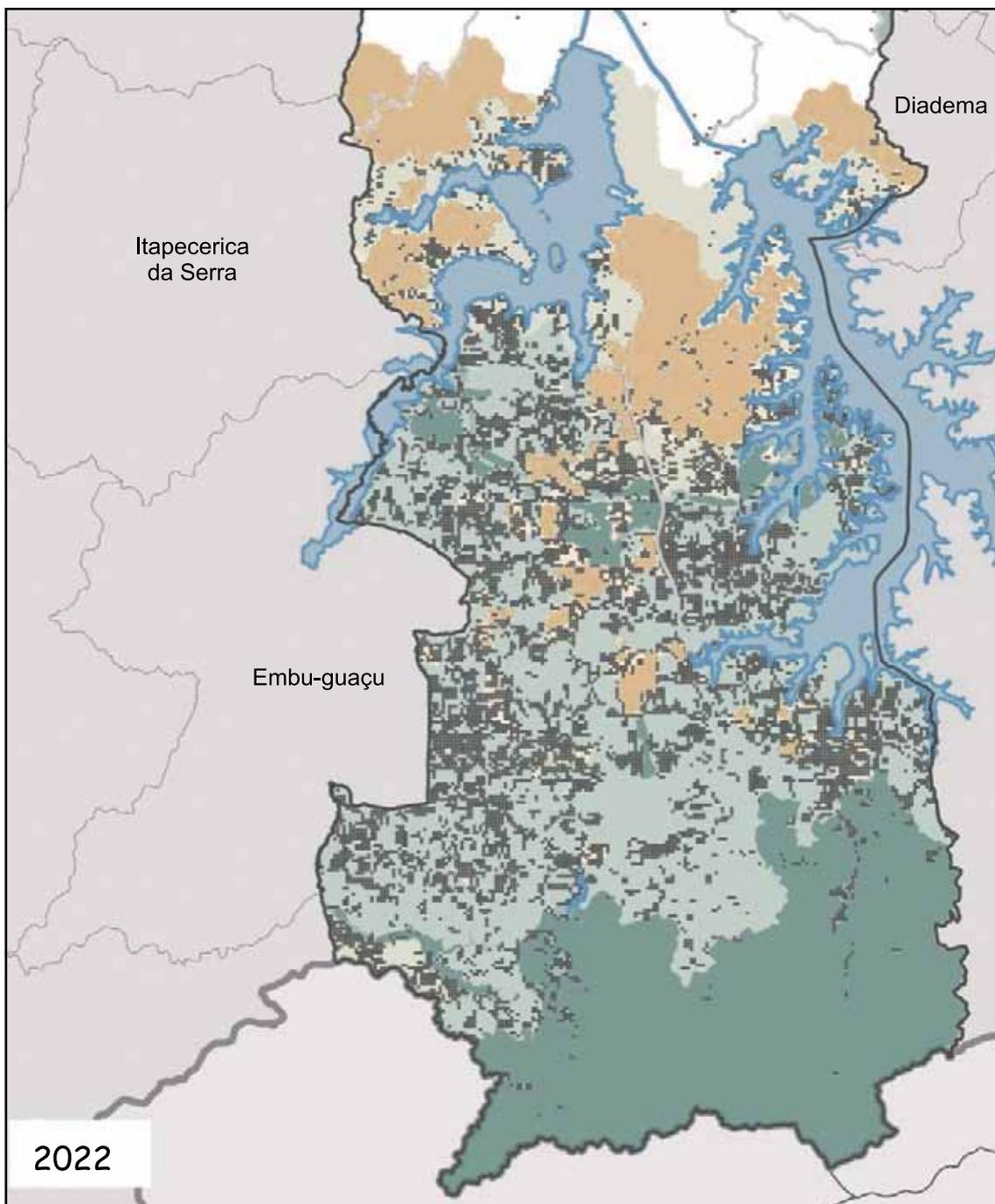
- 56.** Maria das Couves é cozinheira e, para obter uma renda extra como microempreendedor individual, quer colocar à venda doces que ela mesma faz em sua casa. A ideia de Maria é cozinhar durante a tarde e colocar à venda os doces pela manhã, em tabuleiros instalados próximos a pontos de ônibus movimentados da capital paulista. A respeito desta situação hipotética, é correto afirmar, com base na Lei Municipal nº 15.947/2013, que
- (A) a instalação do tabuleiro por Maria em via pública independe de autorização ou permissão do Poder Público, considerando-se a sua condição de microempreendedor individual.
  - (B) para obter o necessário termo de permissão de uso para instalar o seu tabuleiro em via pública, Maria não pode estar inscrita no cadastro informativo municipal – CADIN.
  - (C) caberá ao Secretário da Fazenda a emissão prévia do termo de licença de uso, como condição para a instalação do tabuleiro por Maria.
  - (D) é facultado à Maria vender, juntamente aos doces que prepara, bebidas alcoólicas e não alcoólicas.
  - (E) o comércio de Maria deve se restringir às ZERs, ou seja, às zonas estritamente residenciais, por serem vias de menor trânsito.
- 57.** Beltrano é dono de uma tabacaria e notou a existência de demanda pelo chamado vape, ou “cigarro eletrônico”, que Beltrano sabe ser um produto de comercialização proibida no Brasil. Para não perder a clientela, porém, ele entra em contato com um conhecido contrabandista, que lhe vende dois lotes de 100 cigarros eletrônicos em consignação, para que sejam oferecidos aos seus clientes. A respeito desta situação hipotética, é correto afirmar, com base na Lei Municipal nº 14.167/2006, que
- (A) a conduta de Beltrano pode lhe resultar em pena de prisão a ser imposta pela Prefeitura de São Paulo, após devido processo de fiscalização.
  - (B) o fato de a venda ter sido feita em consignação afasta a responsabilidade de Beltrano do ponto de vista da legislação municipal.
  - (C) não se trata de caso de aplicação de sanção quando a fiscalização não lograr comprovar a existência de comercialização, apenas flagrando a sua exposição ao público do produto contrabandeado.
  - (D) Beltrano não sofrerá nenhuma sanção de ordem administrativa por parte da Prefeitura de São Paulo, por não caber a ela ações voltadas à proteção da saúde pública.
  - (E) Beltrano poderá vir a ter a licença de funcionamento do seu estabelecimento cassada por comercializar produtos contrabandeados.
- 58.** Sobre as regras para outorga de permissão para a instalação de bancas de jornais e revistas em logradouros públicos no território do Município de São Paulo, é correto afirmar, com base na Lei nº 10.072/1986, que
- (A) 1/3 (um terço) das permissões serão outorgadas, quando em pontos vagos, mediante prévio procedimento licitatório, a qualquer cidadão habilitado.
  - (B) 1/2 (metade) das permissões serão outorgadas mediante sorteio público e independentemente de licitação.
  - (C) 2/3 (dois terços) das permissões serão outorgadas, quando em pontos vagos, mediante prévio procedimento licitatório, a qualquer cidadão habilitado.
  - (D) todas as permissões serão outorgadas mediante sorteio público e independentemente de licitação.
  - (E) todas as permissões serão outorgadas mediante prévio procedimento licitatório, a qualquer cidadão habilitado.
- 59.** Segundo a Lei nº 13.478/2002, é proibido o depósito de entulho, terra e resíduos de qualquer natureza, de massa superior a 50 (cinquenta) quilogramas, em vias, passeios, canteiros, jardins e áreas e logradouros públicos, aplicando-se a proibição também aos veículos abandonados em vias públicas, bem como aos materiais de construção depositados em vias públicas por mais de
- (A) 5 (cinco) dias úteis e por mais de 10 (dez) dias úteis, respectivamente.
  - (B) 15 (quinze) dias e por mais de 20 (vinte) dias consecutivos, respectivamente.
  - (C) 5 (cinco) dias e por mais de 2 (dois) dias consecutivos, respectivamente.
  - (D) 30 (trinta) dias e por mais de 20 (vinte) dias consecutivos, respectivamente.
  - (E) 7 (sete) dias e por mais de 2 (dois) dias consecutivos, respectivamente.

## CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

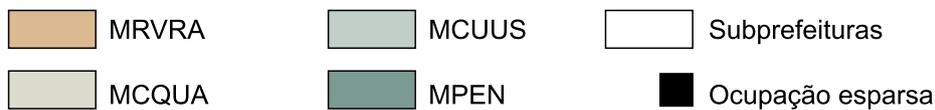
60. Considere-se o crescimento demográfico no município de São Paulo, no período intercensitário 2000-2010, último período com dados completos, desagregados por distrito e setor censitário, disponíveis. Quanto aos aspectos da transição demográfica e das desigualdades socioespaciais dentro do território, pode-se afirmar que a população cresce mais intensamente
- (A) nos distritos em que há maior verticalização por empreendimentos do mercado imobiliário formal, somente, por efeito do aumento do número de domicílios.
  - (B) no centro expandido como um todo, por efeito da verticalização por empreendimentos do mercado imobiliário formal, com consequente aumento do número de domicílios, e na periferia extrema, por efeito do aumento do número de pessoas por domicílio.
  - (C) na periferia, pelo aumento do número médio de pessoas por domicílio, sendo, portanto, a taxa de aumento do número de domicílios menor que a de crescimento populacional, ao contrário do que acontece nas áreas de maior verticalização por empreendimentos do mercado imobiliário formal.
  - (D) na periferia extrema do que no centro expandido, sendo o crescimento do número total de domicílios no município mais intenso do que o crescimento da população total.
  - (E) nos distritos em que há maior verticalização por empreendimentos do mercado imobiliário formal, com consequente aumento do número de domicílios, e na periferia extrema, por efeito do aumento do número de pessoas por domicílio.
61. Do ponto de vista das tendências contemporâneas de localização dos usos do solo e da estruturação dos sistemas de mobilidade e transportes no município de São Paulo e na Região Metropolitana, é correto afirmar que
- (A) o processo de suburbanização avança no município e principalmente na Região Metropolitana, e implica no esvaziamento populacional dos bairros tradicionalmente vistos como bem localizados, com a consequente atração dos usos não residenciais para junto das novas áreas residenciais nobres regionais.
  - (B) a criação dos empregos em subcentros regionais, ao lado do esvaziamento de empregos nas áreas mais tradicionais, por efeito das transformações da tecnologia digital e do e-commerce, tendem a reduzir os desequilíbrios nos sistemas de mobilidade e transporte público, com a redução do chamado movimento pendular.
  - (C) a concentração de empregos não industriais na área central e especialmente no chamado setor sudoeste, compreendendo as regiões da Avenida Paulista e do vale do rio Pinheiros, e a formação dos chamados bairros dormitório – e, no plano metropolitano, de cidades dormitório – produzem desequilíbrios nos sistemas de infraestrutura, principalmente os de mobilidade e transporte público, em função do chamado movimento pendular.
  - (D) o centro histórico do município permanece sendo a principal concentração dos empregos não industriais da Região Metropolitana, demandando um reforço na estruturação radioconcêntrica dos sistemas viário e de transportes urbanos e metropolitanos, e agravando os desequilíbrios nos sistemas de infraestrutura, principalmente os de mobilidade e transporte público, em função do chamado movimento pendular.
  - (E) a descentralização dos empregos, que passam a localizar-se predominantemente ao longo dos grandes eixos de circulação regional, transbordando os limites do município, ao lado do esvaziamento de empregos nas áreas mais tradicionais e bem atendidas pelo transporte públicos, tendem a tornar obsoleta a malha existente e demanda novos investimentos viários no município e na Região Metropolitana.

62. Considere as figuras a seguir, que integram um estudo desenvolvido pela Prefeitura de São Paulo, relativo à urbanização dispersa no município.





Macroáreas

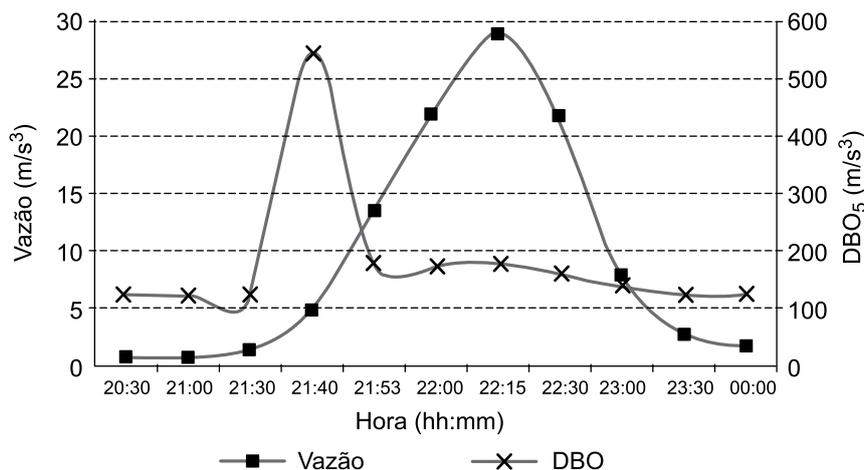


Nela são apresentadas as Macroáreas nas quais se subdividem as áreas de proteção e recuperação dos mananciais (APRMs) do extremo sul do município – em ordem crescente de grau de proteção ambiental e de distância em relação à área urbana consolidada, Macroáreas de: Redução da Vulnerabilidade e Recuperação Ambiental (MRVRA), Controle e Qualificação Urbana e Ambiental (MCQUA), Contenção Urbana e Uso Sustentável (MCUUS) e Preservação de Ecossistemas Naturais (MPEN) – e as áreas de ocupação esparsa verificadas nos anos de 2002 e 2020. Com base na leitura dessas figuras, é correto afirmar que essa ocupação esparsa intensificou-se, no período, principalmente nas macroáreas

- (A) MCQUA e MCUUS.
- (B) MRVRA e MPEN.
- (C) MRVRA e MCQUA.
- (D) MCQUA e MPEN.
- (E) MCUUS e MPEN.

63. Na composição dos resíduos coletados sob responsabilidade pública no município de São Paulo, ocupam as três primeiras posições, em termos de peso, os resíduos
- domiciliares, de limpeza urbana e da construção civil.
  - domiciliares, de limpeza urbana e volumosos.
  - volumosos, de limpeza urbana e de serviços de saneamento.
  - volumosos, de limpeza urbana e da construção civil.
  - domiciliares, da construção civil e de serviços de saneamento.

64. A figura a seguir, extraída do Manual de Drenagem Urbana da PMSP, representa, sobreposto ao hidrograma (em  $m^3/s$ ), um “polutograma” (em  $DBO_5$ ) – representação da carga poluente associada ao fluxo de águas – do córrego Córrego Cabuçu de Baixo, na zona Noroeste de São Paulo, durante evento chuvoso do dia 24.11.2002.



Neste diagrama, a  $DBO_5$  deve ser vista como *proxy* de um conjunto mais amplo de poluentes, correspondendo assim a todos os efeitos do uso urbano sobre a qualidade das águas, e não apenas às cargas orgânicas.

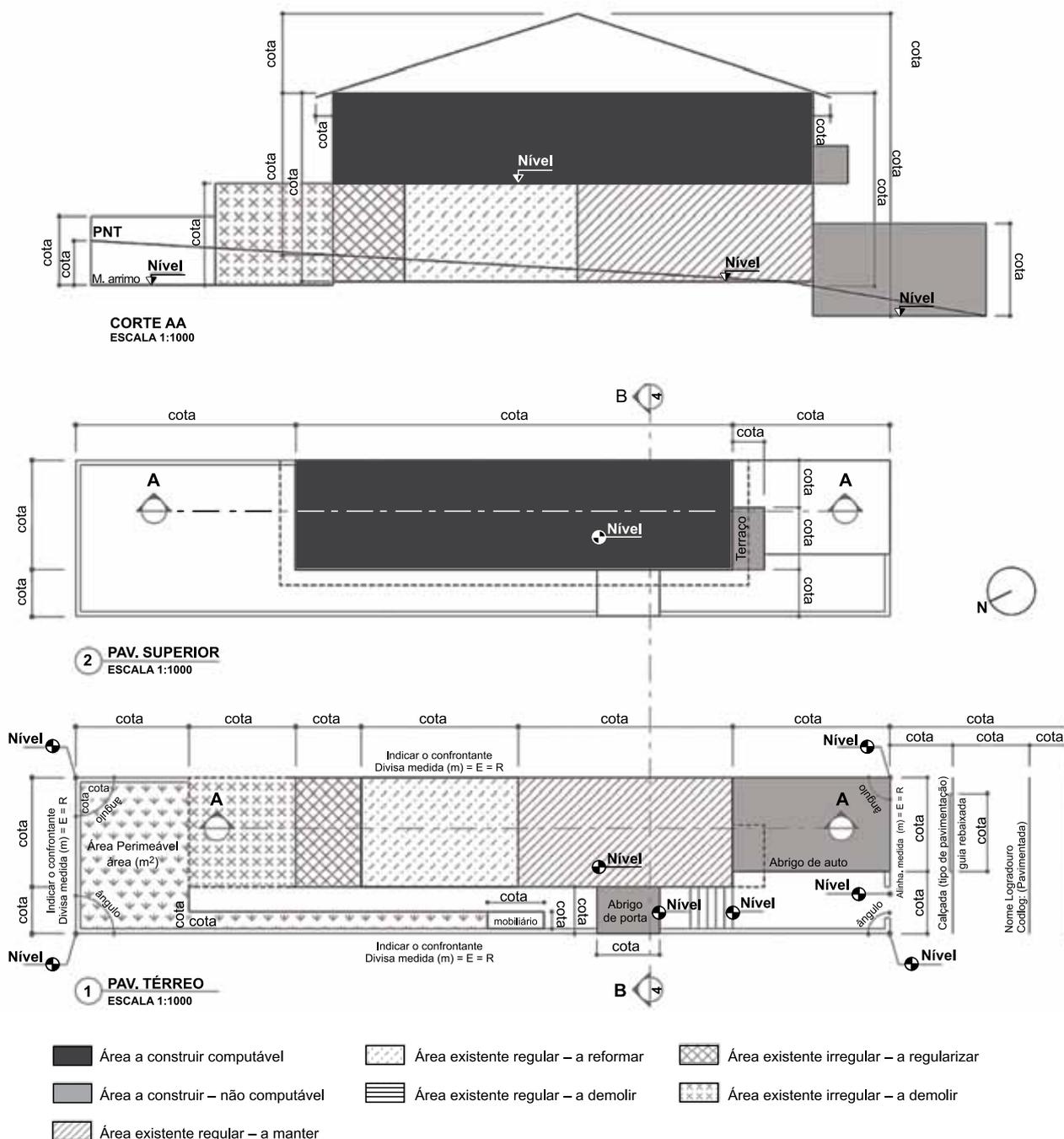
Considerando-se a atuação do poder público sobre a bacia hidrográfica de um curso de água que deva ser despoluído, podem ser aplicadas (i) medidas estruturais – obras de engenharia – visando ao tratamento dessas cargas poluentes e (ii) medidas não estruturais de controle e fiscalização de obras e de posturas, por parte do município. Podem ser destacadas como exemplo de (i) e de (ii), respectivamente,

- (i) a implantação de dispositivos de retenção de vazões de cheia (piscinões) e a canalização de córregos e (ii) a fiscalização de ligações domiciliares cruzadas entre águas pluviais e águas servidas, da limpeza pública e da disposição adequada de resíduos sólidos.
- (i) a universalização dos sistemas de coleta e interceptação de esgoto e a implantação de dispositivos de retenção de vazões de cheia (piscinões) e (ii) a fiscalização de ligações domiciliares cruzadas entre águas pluviais e águas servidas, da limpeza pública e da disposição adequada de resíduos sólidos.
- (i) a universalização dos sistemas de coleta e interceptação de esgoto e a implantação de dispositivos de retenção de vazões de cheia (piscinões) e (ii) a fiscalização da limpeza pública e da disposição adequada de resíduos sólidos e a coleta seletiva de lixo.
- (i) a implantação de dispositivos de retenção de vazões de cheia (piscinões) e a canalização de córregos e (ii) a fiscalização da limpeza pública e da disposição adequada de resíduos sólidos e a coleta seletiva de lixo.
- (i) a universalização dos sistemas de coleta e interceptação de esgoto e a implantação de dispositivos de tratamento das vazões de seca e/ou águas de primeira chuva e (ii) a fiscalização de ligações domiciliares cruzadas entre águas pluviais e águas servidas, da limpeza pública e da disposição adequada de resíduos sólidos.

65. O Plano Metropolitano de Macrodrenagem (PDMAT) determinou que os municípios metropolitanos passem a trabalhar com o conceito de vazões de restrição, na concepção e gestão de seus sistemas de águas pluviais, o que significa limitar as vazões máximas que devem chegar à calha do Rio Tietê, no trecho metropolitano, a partir de seus diferentes afluentes. Para tal, são preconizadas medidas estruturais – que implicam na modificação da concepção dos sistemas de macrodrenagem urbana – e não estruturais – que atuam sobre o controle do uso e da ocupação do solo. Do ponto de vista do trabalho da fiscalização municipal de obras e posturas, são relevantes para a consecução dos objetivos do PDMAT, de redução de picos de vazões que afluem ao sistema de drenagem,
- (A) a implantação e manutenção de dispositivos de detenção de vazões dentro dos lotes e a fiscalização de ligações domiciliares cruzadas entre águas pluviais e águas servidas.
  - (B) a implantação e manutenção de áreas permeáveis e de dispositivos de detenção de vazões dentro dos lotes.
  - (C) a implantação e manutenção de dispositivos de detenção de vazões dentro dos lotes e a universalização da ligação dos domicílios urbanos às redes de esgotamento sanitário.
  - (D) a fiscalização de ligações domiciliares cruzadas entre águas pluviais e águas servidas e a implantação e manutenção de áreas permeáveis dentro dos lotes.
  - (E) a fiscalização de ligações domiciliares cruzadas entre águas pluviais e águas servidas e a universalização da ligação dos domicílios urbanos às redes de esgotamento sanitário.
66. Considerando-se os diferentes modais de transporte público que operam no município de São Paulo, a regulação e operação, por meio de empresa pública, permissões ou concessões dos transportes coletivos (i) intermunicipais, sobre pneus, (ii) internos ao município, sobre pneus, (iii) intermunicipais sobre trilhos, (iv) internos ao município, em monotrilho e (v) internos ao município, metroviários, está a cargo, respectivamente, de
- (A) (i) Estado, (ii) município, (iii) Estado, (iv) Estado e (v) Estado.
  - (B) (i) município, (ii) município, (iii) Estado, (iv) Estado e (v) Estado.
  - (C) (i) Estado, (ii) município, (iii) Estado, (iv) município e (v) Estado.
  - (D) (i) consórcio de municípios, (ii) município, (iii) consórcio de municípios, (iv) Estado e (v) município.
  - (E) (i) consórcio de municípios, (ii) município, (iii) Estado, (iv) Estado e (v) Estado.

## FERRAMENTAS APLICADAS AO TRABALHO

67. Considere os desenhos a seguir, extraídos da edição ilustrada do Código de Obras e Edificações do município de São Paulo (COE), que exemplificam a representação simplificada de uma obra com área inferior a 1 500 m<sup>2</sup>, e a respectiva legenda.



Assinale a alternativa correta quanto à composição das áreas a construir e a regularizar (i) do andar superior e (ii) do andar térreo e (iii) quanto à posição predominante do piso térreo da edificação em relação ao perfil natural do terreno (PNT).

- (A) (I) computáveis a construir e áreas irregulares a regularizar, somente, e (ii) não computáveis a construir e áreas irregulares, a regularizar e a demolir, somente, e (iii) abaixo do PNT.
- (B) (I) computáveis e não computáveis a construir, somente, e (ii) não computáveis a construir e áreas irregulares a demolir, somente, e (iii) abaixo do PNT.
- (C) (I) computáveis e não computáveis a construir, somente, e (ii) não computáveis a construir e áreas irregulares, a regularizar e a demolir, somente, e (iii) abaixo do PNT.
- (D) (I) computáveis a construir, somente, e (ii) não computáveis a construir e áreas irregulares, a regularizar e a demolir, somente, e (iii) acima do PNT.
- (E) (I) computáveis a construir e a demolir, somente, e (ii) não computáveis a construir e áreas irregulares, a regularizar, somente, e (iii) acima do PNT.

68. A Administração Municipal de São Paulo determinou que se verifique, sistematicamente, se os equipamentos utilizados pela fiscalização no trabalho de medições de níveis de ruído estão conformes à NBR 10 151. Isso significa, dentre outros, garantir que, ressalvada a possibilidade de justificar a extensão dos prazos pela análise do histórico de resultados de calibrações anteriores e dos resultados de verificações intermediárias realizadas, tais equipamentos sejam calibrados em prazos

- (A) definidos em norma específica, em função do tipo e função do equipamento, respeitado prazo máximo de 18 meses entre duas calibrações consecutivas.
- (B) definidos em norma específica, em função do tipo e função do equipamento, respeitado prazo máximo de 24 meses entre duas calibrações consecutivas.
- (C) definidos em detalhe na própria NBR 10 151, variando em função do tipo e função do equipamento, respeitado prazo máximo de 18 meses entre duas calibrações consecutivas.
- (D) definidos em detalhe na própria NBR 10 151, variando em função do tipo e função do equipamento, respeitado prazo máximo de 24 meses entre duas calibrações consecutivas.
- (E) especificados por seus fabricantes, respeitado prazo máximo de 24 meses entre duas calibrações consecutivas.

69. Em uma vistoria de obra, situada na cidade de São Paulo, a fiscalização municipal deverá conferir as cotas de nível executadas com as previstas em projeto. A obra em questão está em fase de conclusão da execução das lajes de concreto armado, não tendo sido iniciado nenhum acabamento de pisos, paredes ou tetos. Nos termos da NBR 6492, as cotas de nível de piso existentes, das faces superiores das lajes de concreto, e as cotas finais, a serem deduzidas considerando-se a espessura adicional dos revestimentos de piso, são denominadas, respectivamente, cotas de nível

- (A) em osso (N.O.) e cotas de nível finais (N.F.).
- (B) estrutural (N.E.) e cotas de nível finais (N.F.).
- (C) estrutural (N.E.) cotas de nível acabado (N.A.).
- (D) em osso (N.O.) e cotas de nível acabado (N.A.).
- (E) de produção (N.P.) e cotas de nível de uso (N.U.).

70. A planta que contém a localização das dimensões de uma edificação no lote, indicando as dimensões do terreno, recuos, projeção da cobertura e as áreas permeáveis e impermeáveis previstas no projeto é denominada, segundo a NBR 6492, planta

- (A) de situação.
- (B) de implantação.
- (C) chave.
- (D) do pavimento térreo.
- (E) mestra.

71. Um projeto será submetido à aprovação em uma prefeitura brasileira, constando de desenhos – plantas, cortes e elevações – que estão todos na escala 1:100. Segundo a NBR 6492, a escala gráfica desses desenhos deverá ser posicionada

- (A) logo acima do carimbo, próxima a este.
- (B) logo abaixo do título e numeração de cada desenho da prancha.
- (C) em qualquer posição, dentro da área útil do desenho, conforme conveniência do aproveitamento da prancha.
- (D) ao lado direito de cada desenho, alinhado com a linha inferior deste.
- (E) ao lado direito do título e numeração de cada desenho da prancha.

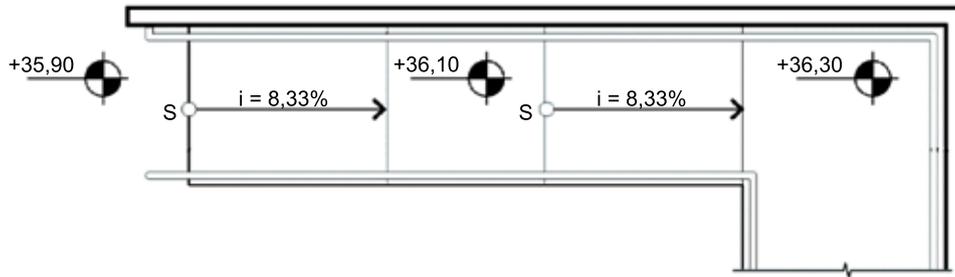
72. Considere a figura a seguir, adaptada da NBR 6492 – Documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos-requisitos.



O símbolo apresentado na figura, a linha, que deve ser extralarga e desenhada como traço-ponto, o ícone em forma de seta e as informações I e II correspondem, segundo as orientações apresentadas naquela NBR, à indicação

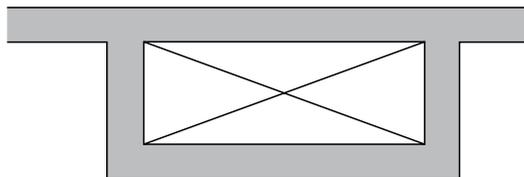
- (A) da posição e direção do plano no qual o edifício está sendo seccionado em corte, sendo (I) número do desenho e (II) número da prancha.
- (B) da posição e orientação de uma fachada, sendo (I) número da prancha e (II) número do detalhe.
- (C) da posição e direção do plano no qual o edifício está sendo seccionado em corte, sendo (I) número da prancha e (II) número do detalhe.
- (D) da posição e orientação de uma fachada, sendo (I) número do desenho e (II) número da prancha.
- (E) das posições do plano de projeção e do observador de uma perspectiva, sendo (I) número da prancha e (II) número do detalhe.

73. Considere a ilustração a seguir, extraída da NBR 6492, que representa uma rampa de acesso, com dois trechos em rampa separados por um patamar.



Pelos dados do desenho, e considerando que se trata de uma representação esquemática e sem escala, cada um dos trechos que vence desnível de 20 cm teria comprimento, arredondado para duas casas decimais, igual a

- (A) 3,00 m.  
(B) 2,40 m.  
(C) 1,50 m.  
(D) 1,20 m.  
(E) 1,67 m.
74. Para uso em uma ação fiscalizatória, uma equipe da Prefeitura receberá um jogo de desenhos em arquivo eletrônico, constituído por folhas em formato A1, e pretende imprimir esses desenhos para anotações. Por questões de economia e de conveniência, foi sugerido implantar com escala reduzida em 50%, o que fará com que um desenho originalmente em escala 1:100 esteja na escala 1:200 na folha impressa. O formato dos desenhos impressos, neste caso, será
- (A) A0.  
(B) A5.  
(C) A2.  
(D) A4.  
(E) A3.
75. Considere o desenho a seguir, que representa de forma simplificada trecho da planta do pavimento-tipo de uma edificação.



Segundo as convenções de desenho técnico, as duas linhas cruzadas sobre o espaço central em forma de retângulo indicam que

- (A) esta área é confinada, sem acesso, e nela há laje construída.  
(B) há laje construída nesse retângulo.  
(C) não há laje construída nesse retângulo.  
(D) esta área não é computável.  
(E) esta área é confinada, sem acesso, e nela não há laje construída.
76. Na avaliação da poluição sonora em ambientes externos, em áreas habitadas, a NBR 10151 considera aceitáveis níveis de pressão sonora nos períodos diurno e noturno, respectivamente, para (i) áreas mistas predominantemente residenciais e (ii) áreas mistas com predominância de atividades culturais, de lazer e turismo,
- (A) (i) 40 e 35 dB e (ii) 65 e 55 dB.  
(B) (i) 45 e 35 dB e (ii) 55 e 45 dB.  
(C) (i) 45 e 50 dB e (ii) 70 e 60 dB.  
(D) (i) 55 e 50 dB e (ii) 65 e 55 dB.  
(E) (i) 55 e 50 dB e (ii) 70 e 60 dB.

77. Um usuário acessa uma pasta local de seu computador por meio do Explorador de Arquivos do MS-Windows 10, ambos em configuração padrão, e verifica que existem os arquivos vistos a seguir.

9etapas.xlsx  
\_1apresentacao.pptx  
\_fotos.bmp  
Norma\_Nova.txt  
relatorio.docx

Além disso, verifica que a ordenação atual, que define o arquivo 9etapas.xlsx na posição 1 (mais acima na imagem), é definida pela imagem a seguir.

∨  
Tamanho

O usuário decide, então, alterar a ordenação dos arquivos para a definida na imagem que se segue.

Nome<sup>^</sup>

Ao fazer isso, o arquivo 9etapas.xlsx passa a estar na posição

- (A) 3
- (B) 2
- (C) 1
- (D) 4
- (E) 5

78. Um usuário do MS-Word 2016, em sua configuração padrão, digita 5 caracteres e seleciona o último, conforme mostra a imagem a seguir.

XPTO3

Em seguida, clica com o botão principal do mouse em um ícone de formatação de fonte e o resultado se vê na imagem a seguir.

XPTO<sup>3</sup>

Assinale a alternativa que apresenta o ícone clicado de acordo com o enunciado.

- (A) X<sup>3</sup>
- (B) X<sub>3</sub>
- (C) O<sup>3</sup>
- (D) X<sub>2</sub>
- (E) X<sup>2</sup>

79. Um Fiscal de Posturas Municipais, com o intuito de analisar as etapas de uma obra a ser fiscalizada, elaborou, por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão, a planilha a seguir.

	A	B	C	D
1	Etapa obra	Percentual necessário	Percentual auferido	Resultado
2	Etapa 1	15%	16%	Dentro do Prazo
3	Etapa 2	30%	32%	Dentro do Prazo
4	Etapa 3	60%	59%	Atrasado
5	Etapa 4	100%	100%	Dentro do Prazo

Após digitar todos os dados das colunas A, B e C, inseriu uma fórmula na célula D2 e, ao arrastar a alça de preenchimento de D2, preencheu automaticamente as células de D3 até D5.

A fórmula adicionada em D2, conforme o enunciado e a imagem é

- (A) =SE(B2>=C2;"Dentro do Prazo";"Atrasado")
- (B) =SE(B2<=C2;"Dentro do Prazo";"Atrasado")
- (C) =SE(B2<C2;"Atrasado";"Dentro do Prazo")
- (D) =SE(B2>C2;"Dentro do Prazo";"Atrasado")
- (E) =SE(B2<C2;"Dentro do Prazo";"Atrasado")

80. Um Fiscal de Posturas Municipais recebeu um e-mail por meio do gmail.com, em sua configuração padrão, contendo 2 arquivos anexados, referentes a um processo sendo analisado. Para preparar uma mensagem de correio eletrônico a ser enviada a outro fiscal, que já contenha automaticamente os anexos recebidos, o fiscal deve utilizar a opção

- (A) Encaminhar.
- (B) Responder.
- (C) Responder a todos.
- (D) Anexar todos.
- (E) Anexar.





